

O debate necessário

Luiz Guilherme Schymura, Francisco Pessoa Faria, Bráulio Borges e André Braz, pesquisadores do FGV IBRE

O *position paper* dos colaboradores do FGV Agro referente à Carta do IBRE publicada na *Conjuntura Econômica* de março, sobre preço de alimentos, nos motivou a traçar algumas considerações neste espaço, e que são exploradas de forma detalhada em textos publicados no Blog do IBRE.¹

Cabe-nos inicialmente pontuar que, em que pese o papel do FGV AGRO como unidade da Fundação Getúlio Vargas encarregada de acompanhar as notícias e fatos do agronegócio, a relevância do setor não nos permite prescindir de sua análise para a compreensão da política econômica brasileira. Entendemos que a construção de conhecimento em torno dessa atividade, portanto, é um desafio fundamental, para o qual se devem somar esforços e capacidades.

Os números do IBGE mostram que o agronegócio é um caso de sucesso no Brasil, e isso deve ser motivo de orgulho para nós. Tomando a evolução do valor adicionado desse setor a partir de 2012, por exemplo, fica claro que o desempenho da agropecuária foi bem superior ao do conjunto das atividades da indústria e dos serviços. Há outros números positivos a destacar. Entre 2000 e 2023, o total da área plantada cresceu 85%, e a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas aumentou 277%, impulsionada por um forte avanço da produtividade. Na pecuária, os números igualmente impressionam: segundo a Conab, entre 2001 e 2024 a produção de carne bovina subiu 66%; a de suínos, 110%; e a de frango, 156%.

Mas as pesquisas também mostram outro fato incontestável: o preço dos alimentos está mais alto – seja em

termos absolutos, seja em termos relativos (quando comparado ao preço do restante dos bens e serviços). E não se trata de um fenômeno recente. Quando se observa a evolução do relativo IPCA Alimentação Domicílio/IPCA Geral desde o ano 2000, por exemplo, há vários momentos de elevação, que em certos casos representam ocorrências como choques de oferta combinados ou não com volatilidade cambial. Especialmente a partir de 2011, entretanto, consolida-se um claro processo de elevação desse relativo em relação ao IPCA Geral.

Isso sugere que podemos estar diante de uma mudança mais estrutural de preços relativos, apesar do efeito dos muitos choques negativos observados nos últimos anos. Então, não é razoável se questionar se a oferta não está crescendo a um ritmo inferior ao da demanda, entendida como a soma da absorção doméstica e exportações? Cabe deixar claro que isso não significa “faltar alimentos para a população brasileira”, pois não se trata de uma escassez absoluta, que se refere à indisponibilidade física do produto, a qualquer preço. Trata-se, se for o caso, de uma escassez relativa, que se verifica quando um bem está disponível, mas sua oferta é menor do que a demanda a preços vigentes. O equilíbrio, nesse caso, se dá via aumento de preços.

Foi nesse contexto que surgiram as discussões a partir das quais foram levantadas as hipóteses apresentadas na Carta do IBRE de março de 2025, repercutidas em duas reportagens do jornal *Valor Econômico*,² que receberam os comentários que precedem este texto.

A análise desagregada do IPCA nos mostrou três coisas. Primeira: o encarecimento não foi um fenômeno restrito a um grupo de alimentos – 13 dos 16 itens que compõem o IPCA Alimentação Domicílio apresentaram variação maior do que o IPCA Geral (109%) no acumulado 2012-2024. Segunda: houve uma diferença muito grande no aumento de preços entre esses itens: desde 102% em pescados até 299% em frutas. Terceira: uma variação muito grande de preços de *non tradables*, indicando que o aumento do preço de *commodities* e a desvalorização cambial, *per se*, não são suficientes para explicar a alta dos preços da alimentação.

A diferença observada na variação dos preços entre os componentes do IPCA requeria uma avaliação da oferta por produtos, realizada inicialmente para os produtos das lavouras. Constatamos grande divergência na variação da área plantada ao longo do período: ganho expressivo da soja, milho, e cana de açúcar e quedas também significativas da área de arroz, feijão, mandioca e frutas com peso relevante no IPCA. Esse padrão se repete na grande maioria das unidades da Federação, indicando que não é um evento que se possa atribuir à determinada região.

Foi dessa análise dos números que veio a nossa proposição de que “uma parte da área plantada **aparentemente** (grifo nosso) está saindo dos alimentos e indo para produtos mais voltados à exportação”, e que isso estaria impedindo que a produção de alimentos no Brasil atendesse à demanda interna no volume necessário para impedir aumentos mais expressivos dos preços.

Área colhida, rendimento médio e produção por habitante

média 2011-2023 ou 2024* em relação à média 2000-2011

Culturas	var. %			Culturas	var. %		
	Área colhida	Rendimento médio	Quant. por pessoa		Área colhida	Rendimento médio	Quant. por pessoa
Arroz	-38	61	-10	Limão	11	27	27
Feijão	-29	32	-15	Maçã	1	25	13
Batata-inglesa	-14	40	8	Mamão	-16	-6	-28
Mandioca	-23	7	-26	Manga	0	29	17
Tomate	-1	17	4	Maracujá	16	5	10
Cebola	-17	47	10	Melancia	9	8	7
Banana	-7	9	-8	Melão	40	16	46
Abacaxi	5	3	-2	Pera	-24	32	-9
Abacate	27	18	35	Tangerina	-13	0	-22
Laranja	-23	23	-14	Alho	-4	46	26

Fonte: Dados primários IBGE (PAM e LSPA). *No caso de produtos presentes no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola o período é 2011-2024.

A crítica a essa hipótese é um dos tópicos abordados pelos colaboradores do FGV Agro, que argumentam que o crescimento da produção ocorreu tanto para o mercado interno quanto para exportação graças ao extraordinário crescimento da produtividade.

De fato, a produtividade aumentou na maior parte das culturas ao longo do período analisado. Entretanto, como detalhamos no Blog do IBRE, isso não foi capaz de impedir a retração da produção de uma série de produtos com participação importante na composição do IPCA.

Assim, sem desconsiderar os impactos positivos da expansão das exportações sobre o câmbio e sobre o custo das rações, a substituição da área plantada (assim como a diminuição em termos absolutos, no caso de algumas unidades da Federação) continua sendo uma hipótese, mas não a única, para o aumento do relativo a Alimentação Domicílio/IPCA Geral.


No Blog do IBRE, também analisamos dados quanto ao impacto das exportações sobre a disponibilidade doméstica de proteína animal, e evidenciamos que as exportações de carne

bovina estão avançando a um ritmo muito mais forte do que a produção. Com isso, a disponibilidade de carne total por habitante, em 2024, foi praticamente igual à de 2010 – e num contexto de crescimento da renda *per capita*, que levaria a aumento de demanda.

Em resumo, não se deve ignorar os avanços citados no *position paper* no que diz respeito à internacionalização da agropecuária brasileira, entre os quais ganho de escala, aquisição de tecnologia, fortalecimento de padrões sanitários e atendimento de requisitos de qualidade, que beneficiam os consumidores brasileiros. Mas, retornando às questões que iniciaram esse texto, os números trazem fatos concretos: a inflação de alimentos no domicílio tem se mantido, nos últimos anos, acima da média dos demais grupos de bens e serviços no Brasil, país amplamente reconhecido por seus avanços em produtividade agrícola. Observa-se, ainda, que esse comportamento ocorre em ritmo superior à mediana internacional nos últimos cinco anos.

A partir da análise preliminar das estatísticas, concluímos que uma tese a ser testada é a de que o aumento consis-

tente da demanda externa por produtos agropecuários esteja contribuindo para um novo equilíbrio de mercado, no qual os preços domésticos se ajustam em níveis mais altos. Embora a literatura sobre a Lei do Preço Único e sobre paridade de preços contenha ampla discussão teórica, são ainda escassos os estudos aplicados à interação entre preços domésticos e internacionais no caso de alimentos, sobretudo em países que ocupam a posição de exportadores líquidos de produtos agrícolas. E esse quadro deve servir de incentivo para que se realizem mais investigações específicas sobre o caso brasileiro.

Plantando é que se colhe — o Brasil aprendeu isso como poucos. E colher resultados consistentes exige muito trabalho e disposição para encarar dilemas reais. É hora de semear o diálogo, para que a produção continue crescendo, em equilíbrio com as demandas do mercado interno e o protagonismo internacional do agro brasileiro. 

¹<https://go.fgv.br/43XXIJLSMvT>.

²<https://cutt.ly/yrszqAlk> e <https://cutt.ly/yrszgw5F>.